FHO | FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

Fundação Hermínio Ometto

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

www.uniararas.br

Conteúdo

Parecer do Conselho Fiscal	**2**
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	**3**
Balanços patrimoniais	**5**
Demonstrações de resultados	**6**
Demonstrações de resultados abrangentes	**7**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**8**
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	**9**
Notas explicativas às demonstrações financeiras	**10**

FHO | FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Fundação Hermínio Ometto, examinamos o Balanço Patrimonial da Fundação Hermínio Ometto levantado em 31/12/2023 e as respectivas Demonstrações de Resultados, de Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas correspondentes ao exercício encerrado na referida data.

Com base nos exames que efetuamos e também suportados pelo parecer da auditoria independente realizada por KPMG – Auditores Independentes, somos de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas, estão em condições de merecerem a aprovação da Assembléia Geral.

Araras, 20 de março de 2024.

JOSÉ ADILTER ZAPPAROLI
Membro

ALFONSO MARCELO ARCERITO
Membro

ANDRÉ LUIZ ZOCA
Membro

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

www.uniararas.br

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
Fundação Hermínio Ometto
Araras – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Hermínio Ometto ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Hermínio Ometto em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 20 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.094.728	1.008.550
Contas a receber de alunos			
Valor bruto do contas a receber de alunos		105.880.640	100.552.052
Ajuste a valor presente		(309.103)	(354.734)
Provisão para perdas de crédito esperadas		(54.653.796)	(51.856.243)
Subtotal contas a receber de alunos	10	50.917.741	48.341.075
Estoques		216.591	291.998
Outros créditos		1.143.716	1.066.601
Total do ativo circulante		53.372.776	50.708.224
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		186.678	161.347
Contas a receber de alunos		150.784.108	141.898.918
Ajuste a valor presente		(4.919.899)	(5.701.531)
Provisão para perdas de crédito esperadas		(15.877.625)	(15.580.432)
Subtotal contas a receber de alunos	10	129.986.584	120.616.955
Outros créditos		34.300	71.494
		130.207.562	120.849.796
Direito de uso		435.712	8.990
Imobilizado	11	131.657.500	127.596.466
Intangível		61.413	87.350
Total do ativo não circulante		262.362.187	248.542.602
Total do ativo		315.734.963	299.250.826

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	1.171.931	10.953.632
Fornecedores		777.084	803.278
Passivo de arrendamento	12.1	266.006	9.528
Impostos e contribuições a recolher	13	969.734	1.591.364
Salários e férias a pagar	14	5.435.303	5.829.565
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		152.300	195.829
Adiantamentos de alunos e de convênios		374.185	517.149
Receita diferida		127.551	127.551
Outras contas a pagar	15	14.445.847	14.285.310
Total do passivo circulante		23.719.941	34.313.206
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	20.317.184	480.662
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		-	141.712
Passivo de arrendamento	12.1	178.501	-
Provisões de processos judiciais	16	165.000	40.000
Adiantamentos de alunos e de convênios		-	3.890
Receita diferida		138.180	265.731
Outras contas a pagar	15	15.280.234	27.263.870
Total do passivo não circulante		36.079.099	28.195.865
Patrimônio líquido	17		
Patrimônio social		216.593.855	191.667.705
Reserva de reavalição		19.695.639	20.147.900
Superávits acumulados		19.646.429	24.926.150
Total do patrimônio líquido		255.935.923	236.741.755
Total do passivo		59.799.040	62.509.071
Total do passivo e patrimônio líquido		315.734.963	299.250.826

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE
Presidente
CPF 715.008.208-49

JORGE HIROSHI MURAKAMI
Conselheiro
CPF 670.375.858-15

FRANCISCO E.FERNANDES SANCHES
Diretor Administrativo-financeiro
CPF 057.993.238-56

PAULO CESAR DE MORAES
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Nota	2023	2022
Receitas Operacionais			
Receita bruta prestação de serviços educacionais			
Receitas de mensalidades / anuidades educacionais		102.286.455	102.991.671
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas		54.611.375	54.788.417
Outros serviços educacionais		480.114	538.097
	18	157.377.944	158.318.185
(-) Deduções das receitas			
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais 100%		(7.359.054)	(11.559.505)
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais 50%		(2.864.611)	(4.851.002)
Bolsas de estudos Institucionais - Integrais 100%		(7.224.966)	(3.690.546)
Bolsas de estudos Institucionais - Parciais 50%		(37.162.744)	(34.687.364)
Outras bolsas de estudo		(16.162.698)	(15.062.028)
Devoluções e cancelamentos		(6.470.813)	(5.930.785)
Descontos concedidos		(7.366.071)	(7.694.786)
Cofins imune sobre faturamento	**24**	(4.881.329)	(5.027.429)
	18	(89.492.286)	(88.503.445)
Receita operacional líquida	**18**	67.885.658	69.814.740
Custos dos serviços prestados			
Custos dos serviços educacionais	**19**	(46.448.234)	(45.600.152)
Custos dos serviços de atendimentos à população	**19**	(3.817.254)	(3.503.294)
Custos de contribuição previdenciária imune	**19 / 24**	(9.231.442)	(9.174.212)
		(59.496.930)	(58.277.658)
Resultado bruto		8.388.728	11.537.082
Outras receitas operacionais			
Outras receitas operacionais		2.211.981	1.261.227
Serviços voluntários obtidos		265	3.967
Imunidade das contribuições sociais usufruídas	**24**	4.881.329	5.027.429
Outras despesas operacionais			
Constituição de perdas de crédito esperadas		(3.426.720)	(2.941.938)
Administrativas e gerais	**19**	(19.936.937)	(20.335.094)
Contribuição previdenciária imune	**19 / 24**	9.231.442	9.174.212
Despesas com serviços voluntários		(265)	(3.967)
Outras despesas operacionais		(8.006)	(61.018)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		1.341.817	3.661.900
Receitas financeiras	**20**	20.910.755	24.632.422
Despesas financeiras	**20**	(3.058.404)	(3.795.483)
Financeiras líquidas		17.852.351	20.836.939
Superávit do exercício		19.194.168	24.498.839

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE
Presidente
CPF 715.008.208-49

JORGE HIROSHI MURAKAMI
Conselheiro
CPF 670.375.858-15

FRANCISCO E.FERNANDES SANCHES
Diretor Administrativo-financeiro
CPF 037.993.238-56

PAULO CESAR DE MORAES
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	2023	2022
Superávit do exercício	19.194.168	24.498.839
Resultado abrangente do exercício	19.194.168	24.498.839

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE
Presidente
CPF 715.008.208-49

JORGE HIROSHI MURAKAMI
Conselheiro
CPF 670.375.858-15

FRANCISCO E.FERNANDES SANCHES
Diretor Administrativo-financeiro
CPF 037.993.238-56

PAULO CESAR DE MORAES
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

		Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávits acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**Nota**	163.901.089	20.575.211	27.766.616	212.242.915
Transferência para patrimônio social	**17**	27.766.616	-	(27.766.616)	-
Realização da reserva de reavaliação	**17**	-	(427.311)	427.311	-
Superávit do exercício		-	-	24.498.839	24.498.839
Saldos em 31 de dezembro de 2022		191.667.705	20.147.900	24.926.150	236.741.755
Transferência para patrimônio social	**17**	24.926.150	-	(24.926.150)	-
Realização da reserva de reavaliação	**17**	-	(452.261)	452.261	-
Superávit do exercício		-	-	19.194.168	19.194.168
Saldos em 31 de dezembro de 2023		216.593.855	19.695.639	19.646.429	255.935.923

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE
Presidente
CPF 715.008.208-49

JORGE HIROSHI MURAKAMI
Conselheiro
CPF 670.375.858-15

FRANCISCO E.FERNANDES SANCHES
Diretor Administrativo-financeiro
CPF 037.993.238-56

PAULO CESAR DE MORAES
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		19.194.168	24.498.839
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação	11	3.646.714	3.632.466
Amortização intangível		36.046	42.754
Amortização direito de uso		97.674	120.021
Resultado na baixa de ativo imobilizado		5.216	118.847
Resultado na baixa do intangível		2.790	-
Ajuste a valor presente do contas a receber	10	(827.263)	2.089.821
Provisão para perdas de crédito esperadas líquidas	10	3.094.746	2.762.248
Juros reconhecidos referente a créditos a receber		970.573	720.933
Provisão para obsolescência dos estoques		51.221	(135.118)
Realização ajuste a valor presente do passivo de arrendamento		20.755	5.497
Constituição/reversão de provisões	16	125.000	(493)
Juros e encargos financeiros		-	(629)
Juros não realizados referente a empréstimos e financiamentos	12.1	2.407.542	726.067
Juros não realizados referente a compra de imobilizado		1.624.918	124.000
(Aumento) ou diminuição ativos			
Contas a receber de alunos		(6.299.162)	(5.865.017)
Estoques		24.187	77.285
Outros créditos		(77.115)	(169.261)
Depósitos judiciais		(25.330)	26.085
Contas a receber de alunos - longo prazo		(8.885.190)	(18.401.893)
Outros créditos - longo prazo		37.194	33.992
(Diminuição) aumento passivos			
Fornecedores		(26.194)	6.147
Impostos e contribuições a recolher		(621.630)	682.500
Salários e férias a pagar		(394.262)	1.202.320
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		(185.241)	(167.362)
Pagamentos de processos judiciais	16	-	(9.507)
Adiantamento de alunos e convênios		(146.855)	(16.346)
Receita diferida		(127.551)	(127.551)
Outras contas a pagar		(449.094)	566.812
Caixa gerado nas atividades operacionais		13.273.858	12.543.459
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		13.273.858	12.543.459
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	11	(20.212.964)	(15.998.905)
Aquisição de intangível		(12.899)	(2.000)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(20.225.863)	(16.000.905)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados	12.1	50.010.000	9.375.000
Pagamentos de passivos de arrendamento	12.1	(110.172)	(129.704)
Pagamento de juros de empréstimos	12.1	(1.462.423)	(1.678.031)
Pagamento de juros de compra de imobilizado		(498.924)	-
Pagamentos de empréstimos	12.1	(40.900.298)	(10.600.358)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos		7.038.183	(3.033.094)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		86.178	(6.490.540)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.008.550	7.499.090
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.094.728	1.008.550
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		86.178	(6.490.540)

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE
Presidente
CPF 715.008.208-49

JORGE HIROSHI MURAKAMI
Conselheiro
CPF 670.375.858-15

FRANCISCO E.FERNANDES SANCHES
Diretor Administrativo-financeiro
CPF 037.993.238-56

PAULO CÉSAR DE MORAES
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Hermínio Ometto ("Fundação"), com sede na Av. Dr. Maximiliano Baruto, nº 500, na cidade de Araras/SP, é uma entidade autônoma e pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com atividade preponderante na área de Educação, conforme o art. 3º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 1.840 de 7 de novembro de 1978, e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei nº 1.113 de 11 de agosto de 1975. Tem por objetivo social criar, instalar, manter e promover a expansão de institutos de nível superior, podendo desenvolver suas atividades nos demais níveis de ensino, se assim lhe for conveniente, e suas atividades deverão se orientar no sentido do desenvolvimento cultural, social, científico, técnico e econômico do país, dando maior ênfase aos campos mais diretamente ligados à saúde e ao aperfeiçoamento humano.

A Fundação, na condição de Entidade Beneficente na área da Educação, goza da imunidade tributária, prevista na Constituição Federal, no que se refere ao seu patrimônio, renda, serviços e contribuições sociais para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram essa imunidade, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo. A Fundação vem prestando contas regularmente de acordo com os prazos estabelecidos por cada órgão. Esses prazos são anuais e trienais.

Renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social

Em 06 de abril de 2022, foi publicada, no Diário Oficial da União, a certificação da Fundação relativa ao Processo nº 23000.014355/2019-08, cuja vigência do certificado é de 17 de maio de 2019 a 16 de maio de 2022.

Em dezembro de 2021, foi protocolado no Ministério da Educação (MEC) o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente à vigência de de maio de 2022 a maio de 2025 conforme o Processo nº 23000.031973/2021-29, o qual se encontra em análise. De acordo com o art. 37 § 2º da Lei Complementar nº 187/2021 e art. 14 de seu Decreto Regulamentador nº 11.791/23, a Fundação continua a usufruir da certificação relativa ao Processo nº 23000.014355/2019-08 até o julgamento do novo pedido de certificação.

Aquisição de novas instalações

Em 06 de dezembro de 2022, a Fundação adquiriu as instalações onde até recentemente estava em funcionamento o campus da UNIMEP, instituição pertencente ao Grupo Metodista, localizado na cidade de Santa Bárbara d´Oeste.

Em uma área de 205,6 mil metros quadrados, existem construções e benfeitorias que totalizam uma área construída de 18,4 mil metros quadrados. A Fundação arrematou em leilão o imóvel pelo valor de R$ 50.000.000, sendo uma entrada de R$ 12.500.000 e seis parcelas semestrais de R$ 6.250.000 vide detalhes nota explicativa nº 15.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

www.uniararas.br

Pelo exposto, esta aquisição vai além de uma simples transação comercial. Ela representa a continuidade do uso das instalações do campus de Santa Bárbara para os mesmos nobres objetivos que o levaram a ser implantado. Representa a oferta de ensino superior de qualidade na região, ampliando as oportunidades, em especial aos componentes de famílias menos favorecidas financeiramente. Após realizada a aquisição, para a instalação de um campus da Fundação no local, durante o exercício de 2023, foram realizadas reformas, adaptações e melhoramentos da infraestrutura.
Em 2023 foi submetido ao Ministério da Educação o pedido de credenciamento do novo campus da Fundação. No início de 2024, o Ministério da Educação realizou a visita in-loco para análise do pedido. A Fundação obteve êxito, tendo seu novo campus credenciado.

Durante o ano de 2024 a Fundação estará trabalhando no planejamento de todas as atividades administrativas e acadêmicas, pois em 2025 terá início de 6 (seis) cursos no novo campus.

Acreditamos que com a maturidade acadêmica e administrativa alcançada pela Fundação, teremos êxito nesta iniciativa, o que resultará numa maior estabilidade futura da própria Fundação Hermínio Ometto.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - Com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que tratam de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

Regime contábil adotado

A Instituição adota o regime de competência em suas práticas contábeis, sendo que suas receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, respeitando os Princípios da Oportunidade e da Competência.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 20 de março de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Fundação estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real, e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis.

4 Uso de estimativas e julgamentos

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

www.uniararas.br

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 10 - Premissas para constituição de provisão para perdas de crédito esperadas;
Nota Explicativa nº 11 - Vida útil dos bens do ativo imobilizado; e
Nota Explicativa nº 16 - Provisões de processos judiciais.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Fundação estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado), e reportes diretamente para a Diretoria Financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *(inputs)* utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

Nota Explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

(i) Informação de políticas contábeis materiais

A Fundação também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1° de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 7 - Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

(ii) Imposto mínimo complementar global

A Fundação avaliou sobre a adoção da Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois.

A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Fundação opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Fundação. Devido aos requerimentos especificos de tributação da Fundação, não há expectativa de impacto referente a este tema nas demonstrações financeiras da Fundação.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

7 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativo financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Fundação pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.. No reconhecimento inicial, a Fundação pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

A Fundação realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Fundação;
Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Fundação.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Fundação considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Fundação considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
Os termos que limitam o acesso da Fundação a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment.* A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Fundação realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros
Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Fundação atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Fundação atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Fundação aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação espontânea, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Conta	Taxa - Anos
Edificações	13,5 a 60 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Instalações	2 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 15 anos
Veículos	4 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Fundação e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorrido

(iii) Amortização

A amortização é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Conta	Taxa - Anos
Sistemas Aplicativos - Softwares	1 a 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

d. Contas a receber de alunos

Correspondem aos valores a receber de alunos de mensalidades ou prestação de serviços pela Fundação. As contas a receber de alunos são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "*impairment*".

A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelos diversos tipos de títulos: boletos de mensalidades, de termos de acordo, de PagFácil, etc. O cálculo da provisão é baseado em estimativas ao longo de um período de 84 meses, após o vencimento dos títulos, em virtude de que há movimentação dos títulos dentro deste período. Normalmente, na prática, o contas a receber é reconhecido ao valor faturado e ajustado

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

ao valor de realização. O contas a receber de alunos decorrentes de operações de longo prazo é ajustado a valor presente.

e. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que esta não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Fundação considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Fundação utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

A Administração da Fundação não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

g. Receita operacional - Mensalidades

A receita operacional de mensalidades que inclui parcelas de anuidades/semestralidades no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, sendo reconhecida mensalmente conforme a realização contratual.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente os encargos recebidos sobre mensalidades em atraso e a atualização do PagFácil. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e ajuste a valor presente de créditos a receber.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Fundação utiliza a taxa de 4,0% para o cálculo do AVP.

j. Arrendamentos

No início de um contrato, a Fundação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Fundação utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Fundação aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Fundação optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Fundação. Geralmente, a Fundação usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Fundação determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Fundação alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Fundação apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Fundação optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Fundação reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

k. Gratuidades

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços educacionais foi reconhecido pelo valor efetivamente praticado, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

l. Destinação do *superávit*

A Fundação não tem finalidades lucrativas e não distribiu lucros, bonificações ou vantagens financeiras aos seus diretores ou mantenedores, e os saldos de seu balanço são aplicados no aumento do seu patrimônio visando a sua continuidade.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas aplicáveis as demonstrações financeiras

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2023. A Fundação não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

***(i)* Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)**

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2024.

A Fundação não possui tais acordos e não espera que a norma tenha impacto nas demonstrações financeiras.

***(ii)* Classificacão dos passivos como circulante e não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações CPC 26)**

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas notas explicativas n° 12, a Fundação têm empréstimo bancário com garantia, mas não possui títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. A Fundação não espera que a norma tenha impacto nas demonstrações financeiras

(iii) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Fundação:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

8 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de alunos e outros créditos

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Outros passivos financeiros não derivativos

Os financiamentos e empréstimos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

9 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	2023	2022
Caixa e bancos	59.858	74.410
Aplicações financeiras (i)	1.034.870	934.140
	1.094.728	1.008.550

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros se referem substancialmente a aplicações automáticas e Certificados de depósitos bancários de renda fixa, remunerados a uma taxa de até 108% a.a. do CDI (105% a.a. em 2022).

A exposição da Fundação a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 21.

10 Contas a receber de alunos

	2023	2022
Mensalidades a receber (i)	143.238.357	128.066.390
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	179.510	179.510
Cheques em cobrança	88.940	90.264
Crédito estudantil (ii)	113.157.941	114.114.806
	256.664.748	242.450.970
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (iii)	(70.531.421)	(67.436.675)
(+) Ajuste a valor presente (iv)	(5.229.002)	(6.056.265)
	180.904.325	168.958.030
(-) Parcela a receber a longo prazo classificada no ativo não circulante	(129.986.584)	(120.616.955)
Parcelas no ativo circulante	50.917.741	48.341.075

(i) Mensalidades a receber inclui parcelas de anuidades vencidas e a vencer.

(ii) Crédito estudantil refere-se a uma operação de crédito próprio da Fundação, a todos seus alunos, extensivo também aos bolsistas parciais, ele possibilita o pagamento de até metade do curso depois de formado e é viabilizado com recursos próprios, sem intermediação de instituição financeira. As parcelas são pagas com o mesmo reajuste aplicado anualmente em cada curso, sem acréscimo de juros e sem análise de crédito quando da contratação. As mensalidades com vencimentos em períodos futuros são reconhecidas mensalmente conforme a realização contratual. Em garantia a cada contrato efetivado, há a participação de um corresponsável - garantidor solidário, ou seja, "fiador". O programa de Crédito Estudantil próprio, teve início no ano de 2008, sendo assim a Fundação possui um histórico de recebimentos com mais de 10 anos, onde é verificado que a PCLD exclusivamente destes recebimentos possui o mesmo comportamento dos recebimentos das mensalidades dos alunos em curso, fato demonstrado abaixo na "Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas".

(iii) A Provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. O cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas considera os percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos considerando o período de maturação na carteira de mensalidades a receber, bem como as expectativas de negociações com os alunos ao longo do curso. Esses índices são atualizados mensalmente para composição da série histórica que é base para a estimativa da provisão para perdas de crédito esperadas reconhecida.

(iv) O valor presente (AVP) é calculado sobre os valores de receita reconhecidas mensalmente e que tenham vencimentos em períodos futuros, notadamente produtos usados pelos alunos beneficiados pelo crédito estudantil próprio - PagFácil. A taxa média ponderada utilizada para realizar o desconto dos valores no período foi de 4,0%. (5,8% em 31 de dezembro de 2022). A reversão do AVP constituído no mês da receita, pode ocorrer de 2 formas: a) pela evolução natural dos contratos no tempo, isto é, mensalmente é revertido o valor proporcional do mês com impacto positivo no resultado; e b) quando ocorre a evasão do aluno, que nos permite, de acordo com o contrato assinado, cobrar antecipadamente o saldo devedor e, nesse caso, o saldo do AVP é revertido integralmente. Contas a receber do PagFácil e de renegociações de mensalidades com vencimento superior a 365 dias, líquido dos ajustes a valor presente. O contas a receber apresentou aumento decorrente de uma maior exposição dos produtos de parcelamento da Fundação, como o PagFácil, nos quais o pagamento ocorre apenas após a conclusão do curso, aliado ainda ao elevado volume de mensalidades em aberto em razão do cenário econômico instável.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

A composição das Mensalidades a receber por idade de vencimento é dada por:

	2023	2022
Créditos a longo prazo	37.626.167	27.784.112
Créditos a vencer em até 360 dias	45.377.469	39.210.045
Créditos em atraso de 1 a 30 dias	2.159.010	1.986.065
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	1.668.456	1.612.570
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	1.477.937	1.438.844
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	3.150.727	2.769.132
Créditos em atraso entre 6 meses e 1 ano	4.152.026	3.351.098
Créditos em atraso entre 1 ano e 2 anos	4.730.987	4.711.421
Créditos em atraso acima de 2 anos	42.895.578	45.203.103
	143.238.357	128.066.390

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

Saldo da provisão em 1º de janeiro de 2023	(67.436.675)	(64.674.427)
Estorno da provisão durante o exercício	2.811.993	2.969.073
Complemento da provisão durante o exercício	(5.906.739)	(5.731.321)
Saldo da provisão em 31 de dezembro de 2023	(70.531.421)	(67.436.675)

Movimentação do ajuste a valor presente

Saldo em 1º de janeiro de 2023	(6.056.265)	(3.966.444)
Estorno do ajuste durante o exercício	827.263	-
Complemento do ajuste durante o exercício	-	(2.089.821)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(5.229.002)	(6.056.265)

Provisão para perdas de crédito esperadas e baixas:

Mensalidades: A Fundação constitui mensalmente a provisão para perdas de crédito esperadas analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua "*performance*" de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos, que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. Para títulos vencidos acima de 84 meses – provisão de 100%. Vencidos até 84 meses - provisão de 70% do total em aberto, o que representa 4% do faturamento. Para os títulos a vencer – provisão de 11% do faturamento.

FIES: A Fundação constitui provisão para perdas de crédito esperadas para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa, sendo as seguintes premissas consideradas:

Para os contratos com fiador foi constituída uma provisão de 10% do faturamento dessa natureza, considerando que a Fundação assume 100% de exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 15% de inadimplência.

Para os contratos cobertos pelo FGEDUC, foi constituída uma provisão de 10% do faturamento dessa natureza, considerando que o Fundo Garantidor é responsável por 90% da exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 15% de inadimplência.

Crédito estudantil: A Fundação constitui mensalmente a provisão para perdas de crédito esperadas, analisando o comportamento dos valores recebíveis dos títulos de crédito estudantil a cada mês. Para esses títulos a vencer, a provisão é de 10% do faturamento.

A exposição da Fundação a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de alunos e a outras contas é divulgada na Nota Explicativa nº 21.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

www.uniararas.br

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

11 Imobilizado

a. Movimentação do custo

Custo	Edificações	Edificações - Reavaliação	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Benfeitorias com pavimentação	Imobilizado em andamento - Equipamentos	Instalações	Instalações - Reavaliação	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios - Reavaliação
Saldo em 31 de dezembro de 2021	44.537.255	22.539.191	211.488	5.595.599	-	22.353.018	1.877.891	4.557.498	809.507
Adições	-	-	-	-	-	2.011.338	-	223.006	-
Baixas	-	-	-	-	-	(195.740)	(252.428)	(154.319)	(131.958)
Transferências	2.108.442	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	46.645.697	22.539.191	211.488	5.595.599	-	24.168.616	1.625.463	4.626.185	677.549
Adições	12.395	-	-	-	20.468	1.612.826	-	485.033	-
Baixas	-	-	-	-	-	(67.867)	(37.900)	(41.685)	(4.563)
Transferências	-	-	-	-	(20.468)	20.468	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	46.658.092	22.539.191	211.488	5.595.599	-	25.734.043	1.587.563	5.069.533	672.986

Custo	Veículos	Veículos - Reavaliação	Biblioteca	Terrenos	Terrenos - Reavaliação	Obras em andamento	Imobilizado em andamento	Adiantamento fornecedores - Móveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	314.617	34.079	4.246.036	300.000	6.179.550	3.374.615	-	57.500	116.987.844
Adições	3.688	-	55.637	-	-	1.329.236	50.000.000	-	53.622.905
Baixas	-	-	(34.136)	-	-	-	-	(57.500)	(826.081)
Transferências	-	-	-	-	-	(2.108.442)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	318.305	34.079	4.267.537	300.000	6.179.550	2.595.409	50.000.000	-	169.784.668
Adições	-	-	15.689	-	-	4.170.932	1.395.621	-	7.712.964
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(152.015)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	318.305	34.079	4.283.226	300.000	6.179.550	6.766.341	51.395.621	-	177.345.617

www.uniararas.br

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

Movimentação da depreciação

Depreciação	Edificações	Edificações - Reavaliação	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Benfeitorias com pavimentação	Imobilizado em andamento - Equipamentos	Instalações	Instalações - Reavaliação	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios - Reavaliação
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.960.944)	(8.150.501)	(143.813)	(857.969)	-	(15.899.552)	(1.872.153)	(3.242.689)	(809.149)
Adições	(1.116.428)	(422.967)	(67.675)	(229.332)	-	(1.482.976)	(5.642)	(301.577)	(358)
Baixas	-	-	-	-	-	188.870	252.426	133.981	131.958
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(9.077.372)	(8.573.468)	(211.488)	(1.087.301)	-	(17.193.658)	(1.625.369)	(3.410.285)	(677.549)
Adições	(1.182.870)	(422.967)	-	(229.332)	-	(1.476.704)	-	(327.948)	-
Baixas	-	-	-	-	-	63.613	37.900	40.723	4.563
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(10.260.242)	(8.996.435)	(211.488)	(1.316.633)	-	(18.606.749)	(1.587.469)	(3.697.510)	(672.986)
Valor líquido contábil:									
Em 31 de dezembro de 2022	37.568.325	13.965.723	-	4.508.298	-	6.974.958	94	1.215.900	-
Em 31 de dezembro de 2023	36.397.850	13.542.756	-	4.278.966	-	7.127.294	94	1.372.023	-

Depreciação	Veículos	Veículos - Reavaliação	Biblioteca	Terrenos	Terrenos - Reavaliação	Obras em andamento	Imobilizado em andamento	Adiantamento fornecedores - Móveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(292.123)	(34.078)	-	-	-	-	-	-	(39.262.971)
Adições	(5.510)	(1)	-	-	-	-	-	-	(3.632.466)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	707.235
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(297.633)	(34.079)	-	-	-	-	-	-	(42.188.202)
Adições	(6.893)	-	-	-	-	-	-	-	(3.646.714)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	146.799
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(304.526)	(34.079)	-	-	-	-	-	-	(45.688.117)
Valor líquido contábil:									
Em 31 de dezembro de 2022	20.672	-	4.267.537	300.000	6.179.550	2.595.409	50.000.000	-	127.596.466
Em 31 de dezembro de 2023	13.779	-	4.283.226	300.000	6.179.550	6.766.341	51.395.621	-	131.657.500

www.uniararas.br

O valor demonstrado como imobilizado em andamento, refere-se a aquisição do campus situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste-SP o qual desde o início do exercício de 2023 vem passando por diversas reformas em sua estrutura, para as devidas adequações ao seu bom funcionamento, como também para o atendimento às legislações vigentes e assim obtermos as licenças dos órgãos competentes para a liberação de suas atividades educacionais no local, as quais estão programadas a iniciar no ano de 2025.

A Fundação monitora o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável dos mesmos.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação

A Fundação analisa anualmente as taxas de depreciação dos itens do seu ativo imobilizado. Em 2023, houve revisão das referidas taxas sem a necessidade de sua alteração em relação a 2022.

12 Financiamentos e empréstimos

	2023	2022
Moeda Nacional		
Finame - juros de 3,60% a 6,81% a.a.	457.975	768.534
Empréstimos bancários para capital de giro - juros 7,31% a 18,59% a.a	20.984.682	2.566.986
Crédito direto ao consumidor – juros 11,09% a.a.	6.912	19.681
Leasing – juros de 8,99% a.a.	39.546	79.093
Empréstimo Conta garantida – juros 4,90% a.a.	-	8.000.000
	21.489.115	11.434.294
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante	(1.171.931)	(10.953.632)
Passivo não circulante	20.317.184	480.662

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2023	2022
Ano de vencimento:		
2024	-	290.351
2025	5.239.029	190.311
2026	5.836.705	-
2027	5.836.705	-
2028	3.404.745	-
	20.317.184	480.662

As garantias oferecidas pela Fundação por modalidades de empréstimos são as que seguem:

Modalidade	Garantia
Finame	Alienação fiduciária de ativo fixo
Empréstimos conta garantida	Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios
Empréstimos bancários para capital de giro	Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios
Crédito direto ao consumidor	Alienação fiduciária de ativo fixo

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

12.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Variações dos financiamentos e empréstimos	Saldo inicial 01/01/2023	Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	Pagamento de juros	Juros apropriados	Saldo final 31/12/2023
Financiamentos e empréstimos	**11.434.294**	50.010.000	(40.900.298)	(1.462.423)	2.407.542	**21.489.115**
Passivo de arrendamento	**(1.634.170)**	-	(110.172)	-	-	**(1.744.342)**
Movimentações sem efeito caixa						
		Adição de provisão (i)	Baixa de contrato (i)	Amortização de AVP	Adição de AVP	
Passivo de arrendamento	**1.643.698**	593.832	-	20.755	(69.436)	**2.188.849**
Total	**11.443.822**	**50.603.832**	**(41.010.470)**	**(1.441.668)**	**2.338.106**	**21.933.622**

Variações dos financiamentos e empréstimos	Saldo inicial 01/01/2022	Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	Pagamento de juros	Juros apropriados	Saldo final 31/12/2022
Financiamentos e empréstimos	**13.611.616**	9.375.000	(10.600.358)	(1.678.031)	726.067	**11.434.294**
Passivo de arrendamento	**(1.504.466)**	-	(129.704)	-	-	**(1.634.170)**
Movimentações sem efeito caixa						
		Adição de provisão (i)	Baixa de contrato (i)	Amortização de AVP	Adição de AVP	
Passivo de arrendamento	**1.632.889**	22.200	(15.908)	5.497	(980)	**1.643.698**
Total	**13.740.039**	**9.397.200**	**(10.745.970)**	**(1.672.534)**	**725.087**	**11.443.822**

(i) As movimentações referente a adições e baixas de contratos não possuem efeito caixa, bem como não há ajuste ao lucro, pois são provisões realizadas entre as contas de ativo e passivo.

13 Impostos a recolher

	2023	2022
I.R.R.F a recolher s/ salário	938.548	1.147.228
Outras	31.186	444.136
	969.734	1.591.364

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

14 Salários e férias a pagar

	2023	2022
Salários a pagar	2.014.500	2.220.884
Provisão de férias	2.623.091	2.783.922
INSS a recolher	249.795	257.800
FGTS a recolher	547.917	566.959
	5.435.303	5.829.565

15 Outras contas a pagar

	2023	2022
Compra de imobilizado a pagar (i)	26.249.995	37.624.000
Repasses prestação serviços (ii)	3.325.578	3.812.767
Outras	150.508	112.413
	29.726.081	41.549.180
Passivo circulante	(14.445.847)	(14.285.310)
Passivo não circulante	15.280.234	27.263.870

(i) Refere-se a aquisição de um imóvel localizado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste-SP, que será destinado a abertura de um novo Campus para atividade educacionais da Fundação Hermínio Ometto. O valor total da aquisição é de R$ 50.000.000 e conforme Carta de Arrematação, o montante de R$ 12.500.000 foi pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, outras 2 parcelas de R$ 6.250.000 (valor original) cada, foram pagas no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 e o saldo de R$ 25.000.000 será pago em 4 parcelas semestrais de R$6.250.000, as quais serão corrigidas pelo IPCA do período, contado da data do pagamento da parcela inicial.

No exercício de 2023 o montante de juros pagos nas 2 parcelas foi de R$ 498.924, e o montante de juros provisionados no exercício foi de R$ 1.624.918.

(ii) Refere-se a contratos firmados com parceiros para prestação de serviços educacionais referente à oferta de cursos de pós-graduação "lato sensu" e de programas de pós-graduação "stricto sensu" em diversas áreas. Do valor recebido das mensalidades um percentual estabelecido em contrato é repassado aos parceiros mensalmente.

16 Provisões de processos judiciais

Demandas judiciais

A Fundação está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa destes, ou pela sua importância na situação patrimonial da Fundação.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Fundação, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às demandas em discussão judicial eram:

	2023	2022
Cíveis e trabalhistas	165.000	40.000

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

A movimentação ocorrida no exercício foi a seguinte:

	Cíveis e trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.000	50.000
Reversão de provisões durante o exercício	(493)	(493)
Baixas de provisões durante o exercício	(9.507)	(9.507)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	40.000	40.000
Adição de provisões durante o exercício	125.000	125.000
Reversão de provisões durante o exercício	-	-
Baixas de provisões durante o exercício	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	165.000	165.000

A Fundação possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R$ 1.725.622 (R$ 153.000 em 31 de dezembro de 2022).

As eventuais perdas mensuradas neste montante se referem a reclamações trabalhistas e cíveis e a Manifestações de Inconformidade emitidas pela Receita Federal do Brasil, devido a não homologação das compensações declaradas em PER/DCOMP, referente ao recolhimento indevido de PIS s/folha de salários do período de janeiro de 2015 a setembro de 2017. Tais Manifestações totalizam um montante de R$ 1.582.622.

A Fundação, baseada na avaliação de êxito dos seus assessores jurídicos, que consideram possível o risco de perda das respectivas ações; não reconheceu nenhuma provisão para contingências fiscais nas demonstrações financeiras relativas a tal assunto.

17 Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social

As rendas geradas pela Fundação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa nº1.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Fundação, seu acervo será incorporado integralmente ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Araras, respeitadas as condições impostas às doações imobiliárias e a obrigação de destiná-lo a finalidades educacionais. Caso o acervo recebido venha a ser transferido pela Prefeitura Municipal de Araras à outras entidades com finalidade educacional, estas deverão ser necessariamente entidades beneficentes certificadas ou entidades públicas.

b. Reserva de reavaliação

Decorre dos saldos da reserva de reavaliação de ativos próprios, contabilizada pela Fundação no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e que vem sendo realizado mediante alienação, baixa e depreciação dos respectivos bens do ativo imobilizado reavaliado.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

c. Superávit do exercício

O superávit apurado no exercício será destinado integralmente no próximo exercício para o Patrimônio social conforme art.2º do Estatuto social da Fundação Hermínio Ometto.

18 Receitas operacionais

	2023	2022
Receita bruta de prestação de serviços educacionais		
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	102.286.455	102.991.671
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas	54.611.375	54.788.417
Outros serviços educacionais	480.114	538.097
	157.377.944	158.318.185
(-) Deduções da receitas		
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais 100%	(7.359.054)	(11.559.505)
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais 50%	(2.864.611)	(4.851.002)
Bolsas de estudos Institucionais - Integrais 100%	(7.224.966)	(3.690.546)
Bolsas de estudos Institucionais - Parciais 50%	(37.162.744)	(34.687.364)
Outras bolsas de estudo	(16.162.698)	(15.062.028)
Devoluções e cancelamentos	(6.470.813)	(5.930.785)
Descontos concedidos	(7.366.071)	(7.694.786)
COFINS imune sobre faturamento	(4.881.329)	(5.027.429)
	(89.492.286)	(88.503.445)
Receita operacional líquida	67.885.658	69.814.740

19 Despesas operacionais por natureza

	2023	2022
Salários e encargos sociais	(44.394.238)	(43.117.937)
Serviços prestados por terceiros	(6.434.753)	(9.970.331)
Depreciação e amortização	(3.780.434)	(3.795.240)
Benefícios e concessões a funcionários	(3.733.779)	(3.376.460)
Viagens e representações	(429.953)	(336.416)
Energia elétrica	(2.072.462)	(1.595.576)
Aluguéis	(197.435)	(105.643)
Divulgação	(768.676)	(1.009.477)
Gastos com manutenção e combustíveis	(1.842.726)	(1.782.443)
Outros gastos	(6.547.969)	(4.349.017)
Custos de contribuição previdenciária imune	(9.231.442)	(9.174.212)
Contribuição previdenciária imune	9.231.442	9.174.212
	(70.202.425)	(69.438.540)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custos dos serviços educacionais	(46.448.234)	(45.600.152)
Custos dos serviços de atendimentos à população	(3.817.254)	(3.503.294)
Administrativas e gerais	(19.936.937)	(20.335.094)
Custos de contribuição previdenciária imune	(9.231.442)	(9.174.212)
Contribuição previdenciária imune	9.231.442	9.174.212
	(70.202.425)	(69.438.540)

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

20 Financeiras líquidas

Receitas financeiras

	2023	2022
Encargos recebidos sobre acordos de mensalidades	10.333.888	9.780.456
Atualização PagFácil	9.268.998	12.891.015
Multas/Juros	979.084	893.019
Rendimento de aplicações financeiras	322.864	1.041.337
Outras receitas financeiras	5.921	26.595
	20.910.755	24.632.422

Despesas financeiras

	2023	2022
Despesas com taxas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC)	-	(951)
Juros e encargos financeiros	(2.739.050)	(857.604)
Ajuste a valor presente de créditos a receber	(143.310)	(2.810.754)
Outras despesas financeiras	(148.773)	(121.901)
Despesas bancárias	(27.271)	(4.273)
	(3.058.404)	(3.795.483)
Resultado financeiro líquido	17.852.351	20.836.939

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Fundação. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria Administrativo-financeira tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Fundação. A Diretoria Administrativo-financeira é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria Administrativo-financeira sobre as suas atividades.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Fundação para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. Esta, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito (Contas a receber de alunos e outros créditos)
Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso seus alunos falhem em cumprir com suas obrigações contratuais. A Fundação realiza análises periódicas na inadimplência em sua carteira em aberto, bem como realiza todos os procedimentos de cobrança permitidos pela legislação vigente. Adicionalmente a Fundação reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa em bases mensais, de forma a manter os saldos de contas a receber pelo seu valor líquido de realização mais provável, utilizando-se de sistemáticas consistentes ao longo dos exercícios.

Também, a Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	2023	2022
Caixa e bancos	9	59.858	74.410
Aplicações financeiras	9	1.034.870	934.140
Contas a receber de alunos	10	180.904.325	168.958.030
Outros créditos		1.178.016	1.138.095
Total		183.177.069	171.104.675

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

	2023				
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 Anos
Passivos					
Fornecedores	777.084	777.084	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	21.489.115	605.960	565.971	5.239.029	15.078.155
Outras contas a pagar	29.726.081	7.883.348	6.562.499	15.280.234	-
Total	51.992.280	9.266.392	7.128.470	20.519.263	15.078.155

	2022				
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 Anos
Passivos					
Fornecedores	803.278	803.278	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	11.434.294	6.763.149	4.190.483	290.351	190.311
Outras contas a pagar	41.549.180	8.014.643	6.270.667	14.722.537	12.541.333
Total	53.786.752	15.581.070	10.461.150	15.012.888	12.731.644

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Fundação, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes da Nota Explicativa nº 10.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Fundação e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Fundação.

O objetivo da Fundação é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Fundação.

Gestão de capital

A política da Diretoria Administrativo-financeira é manter uma sólida base de capital para manter o desenvolvimento futuro das atividades da Fundação. A Diretoria monitora os resultados das atividades operacionais, bem como de suas reservas financeiras, de forma a cumprir compromissos existentes no final de cada exercício.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas categorias

	2023	
	Valor justo através do resultado	**Pelo custo amortizado**
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.094.728	-
Contas a receber de alunos	-	180.904.325
Outros créditos	-	1.178.016
Passivos		
Fornecedores	-	777.084
Financiamentos e empréstimos	-	21.489.115
Adiantamento de alunos e de convênios	-	374.185
Outras contas a pagar	-	29.726.081
Total	**1.094.728**	**234.448.806**

	2022	
	Valor justo através do resultado	**Pelo custo amortizado**
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.008.550	-
Contas a receber de alunos	-	168.958.030
Outros créditos	-	1.138.095
Passivos		
Fornecedores	-	803.278
Financiamentos e empréstimos	-	11.434.294
Adiantamento de alunos e de convênios	-	521.039
Outras contas a pagar	-	41.549.180
Total	**1.008.550**	**224.403.916**

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

O contas a receber de alunos e outros créditos, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Fundação, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado,

deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos				
Contas a receber de alunos	180.904.325	180.904.325	168.958.030	168.958.030
Outros créditos	1.178.016	1.178.016	1.138.095	1.138.095
Passivos				
Fornecedores	777.084	777.084	803.278	803.278
Financiamentos e empréstimos	21.489.115	21.489.115	11.434.294	11.434.294
Adiantamentos de alunos e de convênios	374.185	374.185	521.039	521.039
Outras contas a pagar	29.726.081	29.726.081	41.549.180	41.549.180

Hierarquia de valor justo

Para os valores justos reconhecidos no balanço, o Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros Evidenciação requer a divulgação para cada classe de instrumentos financeiros e derivativos, a qual classe de apuração do valor justo foi utilizada, seguindo as definições abaixo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para tanto, a Fundação definiu os respectivos níveis da seguinte forma:

Nível 2 - São classificados nesse nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, representados por aplicações financeiras CDB - DI, negociados com seus respectivos bancos e mensurados pela cotação de mercado, divulgados pelas respectivas bolsas de valores (BM&F Bovespa e CETIP).

	Valor contábil em 2023	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.094.728	-	1.094.728	-

	Valor contábil em 2022	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.008.550	-	1.008.550	-

22 Partes relacionadas

Operações com o pessoal-chave da Administração

Os membros do Conselho Superior são responsáveis pela Administração da Fundação de acordo com o art. 4º do seu Estatuto Social e são consideradas as pessoas-chave que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Fundação.

Os membros do Conselho Superior não possuem nenhum tipo de remuneração ou benefício, diretos ou indiretos. Desta forma, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em *performance* de superávit.

23 Informações adicionais

Em atendimento ao art. 3º da Lei Complementar nº 187/2021 e ao art. 3º § 3º de seu Decreto Regulamentador nº 11.791/23, a Fundação está divulgando como informações adicionais o balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício na data-base 31 de dezembro de 2023 relacionadas às áreas de educação e outras atividades institucionais, conforme quadro abaixo:

Ativo	Área da educação	Outras atividades	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1.018.665	76.063	1.094.728
Contas a receber de alunos	105.880.640	-	105.880.640
Ajuste a valor presente	(309.103)	-	(309.103)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(54.653.796)	-	(54.653.796)
Repasse de recursos	10.508.859	(10.508.859)	-
Estoques	98.441	118.150	216.591
Outros créditos	1.091.932	51.784	1.143.716
Total do ativo circulante	63.635.638	(10.262.862)	53.372.776
Depósitos judiciais	186.678	-	186.678
Contas a receber de alunos	150.784.108	-	150.784.108
Ajuste a valor presente	(4.919.899)	-	(4.919.899)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(15.877.625)	-	(15.877.625)
Outros créditos	34.300	-	34.300
Direito de uso	435.712	-	435.712
Imobilizado	129.430.452	2.227.048	131.657.500
Intangível	61.413	-	61.413
Total do ativo não circulante	260.135.139	2.227.048	262.362.187
Total do ativo	323.770.777	(8.035.814)	315.734.963

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

Passivo	Área da educação	Outras atividades	Total
Financiamentos e empréstimos	1.171.931	-	1.171.931
Fornecedores	776.596	488	777.084
Passivo de arrendamento	266.006	-	266.006
Impostos e contribuições a recolher	966.350	3.384	969.734
Salários e férias a pagar	5.383.385	51.918	5.435.303
Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09	152.300	-	152.300
Adiantamentos de alunos e de convênios	374.185	-	374.185
Receita diferida	127.551	-	127.551
Outras contas a pagar	14.445.161	686	14.445.847
Total do passivo circulante	23.663.465	56.476	23.719.941
Financiamentos e empréstimos	20.317.184	-	20.317.184
Passivo de arrendamento	178.501	-	178.501
Provisões de processos judiciais	165.000	-	165.000
Receita diferida	138.180	-	138.180
Outras contas a pagar	15.280.234	-	15.280.234
Total do passivo não circulante	36.079.099	-	36.079.099
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	224.481.938	(7.888.083)	216.593.855
Reserva de reavaliação	19.633.606	62.033	19.695.639
Superávits acumulados	19.912.669	(266.240)	19.646.429
Total do patrimônio líquido	264.028.213	(8.092.290)	255.935.923
Total do passivo	59.742.564	56.476	59.799.040
Total do passivo e patrimônio líquido	323.770.777	(8.035.814)	315.734.963

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

Demonstrações de resultados	Área da educação	Outras atividades	Total
Receita bruta da prestação de serviços educacionais			
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	102.286.455	-	102.286.455
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas	54.611.375	-	54.611.375
Outros serviços educacionais	480.114	-	480.114
(-) Deduções das receitas			
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais - 100%	(7.359.054)	-	(7.359.054)
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais - 50%	(2.864.611)	-	(2.864.611)
Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100%	(7.224.966)	-	(7.224.966)
Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50%	(37.162.744)	-	(37.162.744)
Outras bolsas de estudos	(16.162.698)	-	(16.162.698)
Devoluções e cancelamentos	(6.470.813)	-	(6.470.813)
Descontos concedidos	(7.366.071)	-	(7.366.071)
COFINS imune sobre faturamento	(4.863.348)	(17.981)	(4.881.329)
	(89.474.305)	(17.981)	(89.492.286)
Receita operacional líquida	67.903.639	(17.981)	67.885.658
Custo dos serviços prestados			
Custos dos serviços educacionais	(45.588.366)	(859.868)	(46.448.234)
Custos dos serviços de atendimentos à população	(3.817.254)	-	(3.817.254)
Custos de contribuição previdenciária imune	(9.179.224)	(52.218)	(9.231.442)
	(58.584.844)	(912.086)	(59.496.930)
Resultado bruto	9.318.795	(930.067)	8.388.728
Outras receitas operacionais			
Outras receitas operacionais	1.616.342	595.639	2.211.981
Serviços voluntários obtidos	265	-	265
Imunidade das contribuições sociais usufruídas	4.863.348	17.981	4.881.329
Outras despesas operacionais			
Constituição de perdas de crédito esperadas	(3.426.720)	-	(3.426.720)
Administrativas e gerais	(19.936.937)	-	(19.936.937)
Contribuição previdenciária imune	9.179.224	52.218	9.231.442
Despesas com serviços voluntários	(265)	-	(265)
Outras despesas operacionais	(7.856)	(150)	(8.006)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	1.606.196	(264.379)	1.341.817
Receitas financeiras	20.906.258	4.497	20.910.755
Despesas financeiras	(3.051.175)	(7.229)	(3.058.404)
Financeiras líquidas	17.855.083	(2.732)	17.852.351
Superávit do exercício	19.461.279	(267.111)	19.194.168

24 Contribuições sociais usufruídas

A Fundação, na condição de entidade sem fins lucrativos e com atividade preponderante na área da Educação, conta com o CEBAS, publicado no Diário Oficial da União em 06 de abril de 2022, relativo ao Processo nº nº 23000.014355/2019-08, cuja vigência do certificado é de 17 de maio de 2019 a 16 de maio de 2022, e renovação tempestiva.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

Sendo assim a Fundação usufrui da Imunidade Tributária até o julgamento do seu processo, conforme determina o art. 37 § 2° da Lei Complementar n° 187/2021 e art. 14 de seu Decreto Regulamentador n° 11.791/23.

Em decorrência, a Fundação está imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o eventual superávit apurado, da contribuição previdenciária (quota patronal) ao INSS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Programa de Integração Social (PIS) calculado à alíquota de 1% sobre o montante da folha de salários.

Conforme os arts. 3° e 4° da Lei Complementar 187/2021 e art. 2° de seu Decreto Regulamentador n° 11.791/23, a entidade beneficente certificada faz jus à imunidade do pagamento das contribuições de que tratam o § 7° do art. 195, os incisos I, III e IV do caput do art. 195 e do art. 239 da Constituição Federal. O total das imunidades das contribuições sociais usufruídas durante o exercício é o seguinte:

	2023 - Em R$
Imunidade de INSS cota patronal sobre remunerações, contribuintes individuais e cooperativas de trabalho	9.231.442
Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4.881.329
Total das imunidades das contribuições sociais usufruídas.	14.112.771

	2022 - Em R$
Imunidade de INSS cota patronal sobre remunerações, contribuintes individuais e cooperativas de trabalho	9.174.212
Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	5.027.429
Total das imunidades das contribuições sociais usufruídas.	14.201.641

25 Obrigações da educação para fins do CEBAS

(i) Cadastro nos sistemas de informação

Conforme previsto no art. 18 Inciso II da Lei Complementar n° 187/2021, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Fundação estão informadas no Censo da Educação Superior (E-mec). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Fundação mantém controles destas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema INEP.

(ii) Plano nacional de educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Fundação são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação — Plano Nacional de Educação (PNE) — e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n° 9.394/96) que está inserida e, como consequência, por elas, regulamentadas.

A Fundação cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do art. 214 da Constituição Federal.

(iii) Análise do perfil socioeconômico

A Fundação mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

(iv) Autorização de funcionamento

De acordo com o que determina o art. 18º, § 1º, inciso I da Lei Complementar nº 187/2021, a Fundação foi recredenciada junto ao MEC conforme Portaria nº 1.688, de 25 de setembro de 2019, pelo prazo de 4 (quatro) anos, tendo o novo pedido de recredenciamento protocolado em 06 de setembro de 2023, conforme processo nº 202324586, o qual encontra-se em análise.

26 Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

A Fundação, aderente ao atendimento do art. 22 (Educação Superior SEM adesão ao Prouni) da Lei Complementar nº 187/2021 e o art. 62 de seu Decreto Regulamentador nº 11.791/23, apresenta abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do certificado de entidade beneficente.

A Fundação esteve vinculada ao Programa Universidade para Todos – Prouni, desde 2005, tendo oferecido suas bolsas de estudo por este Programa até o processo seletivo, para ingresso em 2020. Por incompatibilidade ao calendário e os cronogramas de oferecimentos das bolsas de estudos do Programa, a Fundação, a partir do ano ingresso 2021, deixou de oferecer bolsas de estudos do Programa Universidade para Todos – Prouni, tudo conforme e com fundamento ao parágrafo 3 do art. 5 da Lei 11.096 de 2005, onde através do Termo de Solicitação de Desvinculação de Instituição de Ensino Superior, requereu em 18 de novembro de 2020, sua desvinculação ao Programa Universidade para Todos - Prouni, reiterando que o estudante beneficiado pelo programa até o ano ingresso de 2020, gozará do benefício concedido até a conclusão do curso.

As bolsas de estudos integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos do art. 19 § 1º da Lei Complementar nº 187/2021 e do art. 51 de seu Decreto Regulamentador nº 11.791/23.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

Demonstrativo 1/9 e 1/4	2023	Valor aplicado anualmente
Total de alunos matriculados em dezembro, incluindo as gratuidades	6.358	147.201.249*
(-) Alunos com bolsa integral 100% - Remanescentes do Prouni - Lei nº 11.096/05	345	7.359.054
(-) Alunos com bolsa integral 100% – Com perfil socioeconômico - Institucionais	291	7.224.966
Número total de alunos com bolsa integral com perfil socioeconômico	636	14.584.020
(-) Outras bolsas integrais 100% - Convenção coletiva e bolsas concedidas	139	3.113.117
Total de alunos pagantes em dezembro	5.583	92.589.875**
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9 (Art. 22, § 1º Inc. I da Lei Comp. Nº 187/21 e art. 62 § 2º Inc. I do Decreto nº 11.791/23)	620	-
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 4 (Art. 22 da Lei Compl. nº 187/21 e Art. 62 do Decreto nº 11.791/23- Superior SEM Prouni)	1.396	-
Cumprimento 1 x 9 - Educação Superior		
Bolsistas integrais (100%) – Prouni remanescentes e Institucionais	636	14.584.020
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 9 em dezembro	**16**	-
Cumprimento 1 x 4 - Educação Superior		
Bolsistas integrais (100%) – Prouni remanescentes e Institucionais	636	14.584.020
Bolsistas parciais (50%) - Prouni remanescentes e Institucionais	3.584	40.027.355
Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (Art. 22, § 1º Inc. II da Lei Compl. nº 187/21 e Art. 62 , § 2º Inc. II do Decreto nº 11.791/23) em dezembro	**2.428**	**54.611.375**
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 4 em dezembro	**1.032**	-

*Valor refere-se a apenas alunos de graduação. O montante de R$ 156.897.830 que consta na DRE, em Receitas de mensalidades / anuidades educacionais mais Receitas de mensalidades com gratuidades / Bolsas, é a receita de mensalidades total da Instituição, incluindo graduação, pós-graduação, mestrado e extensão.

**Valor refere-se a apenas alunos de graduação. O montante de R$ 102.286.455 que consta na DRE, em Receitas de mensalidades / anuidades educacionais, é o total da Instituição, incluindo graduação, pós-graduação, mestrado e extensão.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

Demonstrativo 1/9 e 1/4	2022	Valor aplicado anualmente
Total de alunos matriculados em dezembro, incluindo as gratuidades	6.933	147.079.963*
(-) Alunos com bolsa integral 100% - Remanescentes do Prouni - Lei nº 11.096/05	595	11.559.505
(-) Alunos com bolsa integral 100% – Com perfil socioeconômico - Institucionais	161	3.690.546
Número total de alunos com bolsa integral com perfil socioeconômico	756	15.250.051
(-) Outras bolsas integrais 100% - Convenção coletiva e bolsas concedidas	151	2.934.721
Total de alunos pagantes em dezembro	6.026	92.291.544**
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9 (Art. 22, § 1º Inc. I da Lei Comp. Nº 187/21 e art. 62 § 2º Inc. I do Decreto nº 11.791/23)	670	-
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 4 (Art. 22 da Lei Compl. nº 187/21 e Art. 62 do Decreto nº 11.791/23- Superior SEM Prouni)	1.507	-
Cumprimento 1 x 9 - Educação Superior		
Bolsistas integrais (100%) – Prouni remanescentes e Institucionais	756	15.250.051
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 9 em dezembro	**86**	-
Cumprimento 1 x 4 - Educação Superior		
Bolsistas integrais (100%) – Prouni remanescentes e Institucionais	756	15.250.051
Bolsistas parciais (50%) - Prouni remanescentes e Institucionais	3.952	39.538.366
Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (Art. 22, § 1º Inc. II da Lei Compl. nº 187/21 e Art. 62 , § 2º Inc. II do Decreto nº 11.791/23) em dezembro	**2.732**	**54.788.417**
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 4 em dezembro	**1.225**	-

*Valor refere-se a apenas alunos de graduação. O montante de R$ 157.780.088 que consta na DRE, em Receitas de mensalidades / anuidades educacionais mais Receitas de mensalidades com gratuidades / Bolsas, é a receita de mensalidades total da Instituição, incluindo graduação, pós-graduação, mestrado e extensão.
**Valor refere-se a apenas alunos de graduação. O montante de R$ 102.991.671 que consta na DRE, em Receitas de mensalidades / anuidades educacionais, é o total da Instituição, incluindo graduação, pós-graduação, mestrado e extensão.

Além da concessão de bolsas de estudos Prouni e Institucionais, a Fundação concedeu em 2023 outras bolsas de estudos, no valor de R$ 16.162.698 (R$ 15.062.028 em 2022), conforme demonstrado na nota explicativa nº18.

27 Outras ações institucionais

Embora sua filantropia seja efetivada pela concessão de bolsa de estudos, a Fundação dispõe de outras ações institucionais por meio de programas de atendimento à população dentro das clinicas, em complemento ao ensino prático de nossos alunos. Esses atendimentos representaram no ano de 2023, 55.574 atendimentos (162.656 em 2022) perfazendo um custo no montante de R$ 3.817.254 (R$ 3.503.294 em 2022).

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

Quadro demonstrativo dos atendimentos realizados

	Quantidade realizada em	
Item	**2023**	**2022**
Campanhas Comunitárias	15.875	127.920
Parceria AEHDA	241	1.150
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Enfermagem	1.470	940
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Fisioterapia	11.457	14.508
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Odontologia	12.346	9.069
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Psicologia	3.962	2.679
Programa de Atendimento à Comunidade na Farmácia Ensino	486	583
Programa de Atendimento à Comunidade no Laboratório de Análises Clínicas	1.637	548
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Estética	347	200
Programa Usina do Saber	487	124
Programa Educação para a Comunidade	6.153	3.551
Projeto Rondon	-	1.178
NAP - Núcleo de Apoio Psicopedagógico	298	206
NTA – Núcleo de Tecnologias Assistivas e Acessibilidade	220	-
Acolhimento em Saúde	595	-
Total	55.574	162.656
Total dos custos dos atendimentos (em Reais)	3.817.254	3.503.294

28 Adequação das receitas com as despesas com pessoal

A Fundação aplicou 40,66% (38,75% em 2022) de sua receita de mensalidades/anuidades educacionais em custos/despesas com pessoal docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e o parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrados a seguir:

	2023	2022
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	102.286.455	102.991.671
Receitas de mensalidade com gratuidades - Bolsas	54.611.375	54.788.417
(-) Deduções das receitas		
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais 100%	(7.359.054)	(11.559.505)
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais 50%	(2.864.611)	(4.851.002)
Bolsas de estudos institucionais - Integrais 100%	(7.224.966)	(3.690.546)
Bolsas de estudos institucionais - Parciais 50%	(37.162.744)	(34.687.364)
Outras bolsas de estudo	(16.162.698)	(15.062.028)
Devoluções e cancelamentos	(6.470.813)	(5.930.785)
Descontos concedidos	(7.366.071)	(7.694.786)
(=) Receitas líquidas de mensalidades/anuidades educacionais	**72.286.873**	**74.304.072**
Custos/Despesas com pessoal docente	29.393.504	28.793.050
Percentual de adequação	**40,66%**	**38,75%**

29 Aspectos ambientais

As instalações da Fundação são sujeitas às regulamentações ambientais. A Fundação diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Fundação acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339

30 Seguros

A Fundação possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimita-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação possuía as seguintes principais apólices de seguros contratados com terceiros:

	Cobertura
Bens do imobilizado	51.308.800
Veículos	4.896.800
Resultado financeiro líquido	56.205.600

Fundação Hermínio Ometto

Fernando Fernandes Alvares Leite
Presidente
CPF 715.008.208-49

Jorge Hiroshi Murakami
Conselheiro
CPF 670.375.858-15

Francisco E. Fernandes Sanches
Diretor Administrativo-financeiro
CPF 037.993.238-56

Paulo César de Moraes
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

Av. Dr. Maximiliano Baruto, 500 - Jd. Universitário
Araras/SP - CEP: 13607-339